

## LEI Nº 541, DE 06 DE JULHO DE 1994.

### ESTABELECE PROGRAMA DE INCENTIVO E FOMENTO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná aprovou, e eu, EDSON LUIZ STRAPASSON, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica criado o programa de incentivo e fomento de atividades econômicas no Município de Colombo, que tem por objetivo a atração, implantação e expansão de empreendimentos, com ênfase aos que possuem potencial na geração de novos empregos.

Parágrafo único. São consideradas relevantes, para efeito desta Lei, as atividades que pretendam-se instalar nas regiões permitidas pela legislação de zoneamento, e que possibilitem, no prazo de um ano a contar de sua instalação, a geração de, no mínimo, 30 (trinta) empregos.

**Art. 2º** Os estímulos e incentivos fiscais constituir-se-ão em:

I - redução em, no máximo, 10% (dez por cento) da percentagem fixada no parágrafo 1º do artigo da Lei Federal nº 6.766/79, nos loteamentos destinados ao uso industrial, cujos lotes forem maiores do que 15.000 m<sup>2</sup> (quinze mil metros quadrados);

II - realização de serviços de terraplanagem, sem qualquer ônus, quando da instalação do empreendimento;

~~III - isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, no prazo máximo de até 05 (cinco) anos, contados da data de instalação da atividade;~~

III - isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, no prazo de 05 (cinco) anos, contados da data de instalação da atividade, que, em razão do porte do empreendimento, poderá ser prorrogada por igual prazo; (Redação dada pela Lei nº 1178/2010)

IV - isenção do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, em favor do comprador,

incidente sobre a transação que envolver alienação de área para os fins previstos nesta Lei.

~~V - redução da alíquota do Imposto Sobre Serviços - ISS para 0,4% (zero vírgula quatro por cento) para as empresas de Telecomunicações e Informática, decorrente dos serviços inerentes desenvolvidos pelas mesmas, quando prestados para fora do Município. (Redação acrescida pela Lei nº 642/1997)~~

V - redução das alíquotas do Imposto Sobre Serviços - ISS, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos. (Redação acrescida pela Lei nº 744/1999)

Parágrafo único. A redução prevista no inciso V deste artigo será concedida em 100% (cem por cento) da incidência constante da Lista de Serviços preconizada na Lei nº 16/78, as atividades empresariais cuja soma dos empregos oferecidos seja superior a 250 (duzentos e cinquenta), no prazo de um ano a contar da sua instalação. (Redação dada pela Lei nº 744/1999)

**Art. 3º** São excluídas dos benefícios estabelecidos na presente Lei as atividades cujos projetos apresentem potencial de poluição ambiental a ser aferido pelos órgãos da administração pública municipal em conjunto com o Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

**Art. 4º** Serão igualmente excluídas as atividades que, após a concessão dos benefícios previstos nesta Lei, alterarem sua atividade originária para outra que apresente risco de poluição ambiental.

**Art. 5º** São requisitos prévios exigidos para a concessão dos benefícios previstos nesta Lei:

I - lavratura de termo de compromisso;

II - apresentação de contrato social ou registro equivalente;

III - cronograma de execução do empreendimento com a previsão de seu início, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, contados da data do requerimento do interessado;

IV - declaração do vendedor da área atestando a existência de compromisso de venda, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, para isenção do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI;

**Art. 6º** Os interessados no programa de incentivo estabelecido na presente Lei dirigirão requerimento à Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, com o cumprimento prévio dos requisitos estabelecidos, ouvidos os demais órgãos técnicos, cabendo ao Prefeito Municipal a decisão final, inclusive quanto à graduação da extensão e duração do benefício.

**Art. 7º** Os benefícios desta Lei perderão sua eficácia automaticamente se decorridos os prazos previstos no artigo 5º, III, não forem iniciadas as obras pelos interessados, tendo como consequência:

- a) cobrança de preço público atualizado dos serviços mencionados no inciso II do artigo 2º desta Lei, a ser estabelecido por Decreto do Poder Executivo, de acordo com os preços de mercado;
- b) inscrição em dívida ativa dos valores de tributos isentados ou reduzidos.

**Art. 8º** As disposições desta Lei, quando necessário, serão regulamentadas pelo Poder Executivo.

**Art. 9º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo, em 06 de julho de 1994.

EDSON LUIS STRAPASSON  
Prefeito Municipal